



A alienação eleitoral no Brasil Democrático

Um estudo que busca compreender as dimensões relativas à participação dos indivíduos no processo de votação, e quais são os fenômenos deste contexto

SUMÁRIO
EXECUTIVO
2022

Informações sobre o Estudo

Este estudo é uma iniciativa do Instituto Votorantim e faz parte do Programa Cidadania, que tem por objetivo contribuir ativamente para o fortalecimento da cultura democrática brasileira, para que o cidadão seja capaz de fazer escolhas políticas conscientes.

Créditos

Coordenação do Estudo – Instituto Votorantim

Ana Paula Bonimani
Bianca Beltrami
Rafael Luis Pompeia Gioielli
Thamara Coelho Pedroso

Pesquisadores Técnicos Responsáveis

Prof. Dr. Ivan Filipe de Almeida Lopes Fernandes
– Bacharel em Relações Internacionais, Mestre e Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. Professor de Políticas Públicas da Universidade Federal do ABC desde 2015. Pesquisador visitante na Universidade de Illinois em Urbana Champaign, Estados Unidos (2012).

Caique Olivastro Terenzo – Estudante do Bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo (IRI-USP) e membro do Observatório de Política Externa do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) no projeto Brasil, as Américas e o Mundo.

Revisão Técnica

Paulo Jannuzzi – Graduação em Matemática Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (1985), mestrado em Administração Pública pela Fundação Getulio Vargas – SP (1994) e doutorado em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (1998).

Equipe de Comunicação – Instituto Votorantim

Amanda Souto Maior
Patricia Kato





Revisão e Edição de Texto

Mariana Pezzo

Projeto Gráfico e Diagramação

Brief Comunicação

Para mais informações sobre o trabalho do Instituto Votorantim, entre em contato pelo e-mail contato@institutovotorantim.org.br ou acesse uma de nossas mídias na internet:

-  [institutovotorantim](#)
-  [company/institutovotorantim](#)
-  [institutovotorantim](#)
-  [programacidadania.org.br](#)

Instituto Votorantim

Rua Jerônimo da Veiga, 164 6º andar
04536-900 – São Paulo – SP
www.institutovotorantim.org.br



Sumário

Apresentação	4
Introdução	6
Metodologia e fonte de dados	7
Destaques	9
Alienação eleitoral nas eleições presidenciais	12
Eleições estaduais: governadores, senadores e deputados	14
Eleições municipais	16
Impacto das urnas eletrônicas	17
Heterogeneidade da alienação eleitoral pelo Brasil – regiões e municípios	18
Determinantes individuais da alienação eleitoral – porque as pessoas não votam?	22
Conclusões	24
Considerações finais – questões em aberto e caminhos possíveis	27



The background features a vibrant orange field. On the left, there are several thick, yellow, curved lines that spiral inward, resembling a stylized sun or a decorative element. On the right, a thin, dashed yellow line forms a large, elegant, looping shape that frames the central text.

Apresentação

O Instituto Votorantim (iV) é um centro de inteligência aplicada que trabalha há 20 anos para construir soluções socioambientais que gerem valor para a sociedade. Este trabalho ocorre junto à Votorantim e empresas investidas e, durante esses 20 anos, o iV tem atuado com temáticas como Educação, Gestão Pública, Desenvolvimento Econômico Local, dentre outras. Em 2018, no marco do centenário da Votorantim e de reafirmação de seu compromisso com o Brasil, iniciou, com o Programa Cidadania, sua jornada de contribuição ativa para o fortalecimento da cultura democrática brasileira a partir do protagonismo cidadão, atuando em territórios priorizados pelas investidas Votorantim e, também, no fortalecimento do ecossistema nacional dedicado ao fortalecimento da democracia.

O Instituto Votorantim, além de promover tecnologias sociais aplicadas, produz conhecimento na temática de Cidadania. É neste propósito que lança o estudo **“A alienação eleitoral no Brasil democrático”**, elaborado em parceria com Ivan Filipe Fernandes, Professor de Políticas Públicas na Universidade Federal do ABC (UFABC, onde coordena o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas) e pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), com apoio do cientista político Caique Terenzzo. **O objetivo do iV, ao propor o estudo, foi reunir subsídios e evidências científicas para melhor compreensão da participação de brasileiros e brasileiras e, mais especificamente, das dimensões relativas à recusa em participar do principal rito de decisão diante dos assuntos públicos na democracia, o voto.**

Estudos desta natureza são de grande relevância para a compreensão da dinâmica e da legitimidade do regime democrático, para refletir sobre a qualidade da democracia, sobre a participação do cidadão e o funcionamento das instituições políticas em determinado país. **Nos regimes representativos atuais, o voto é o instrumento central do exercício democrático, e a negativa em participar motiva a necessidade de um olhar sobre a chamada alienação eleitoral** (soma das abstenções – não comparecimento no processo de votação – com os votos nulos e brancos), já que a escolha de exercer ou não o direito ao voto pode ser mais complexa do que se imagina.

Subsidiada pela literatura acadêmica nacional e internacional sobre a temática, a pesquisa analisa estatísticas das eleições municipais, estaduais e presidenciais desde a redemocratização consolidadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, traçando o panorama da alienação eleitoral no Brasil nos últimos quarenta anos, inclusive fazendo comparações com outros estudos, abarcando democracias maduras e mais recentes. Analisa, também, determinantes individuais da alienação – ou seja, razões para abstenções e votos brancos e nulos –, possibilitando reflexões importantes sobre os rumos e ações necessárias para o futuro.

Nas próximas páginas, convidamos a conhecer os principais resultados e extratos do debate proposto pelo estudo.

Boa leitura!



Introdução

Metodologia e fonte de dados

A democracia compreende uma série de mecanismos de participação da sociedade civil nas esferas governamentais, dentre os quais o voto constitui o mais importante, na medida em que permite a eleição de representantes da soberania popular para a condução dos negócios públicos.

O estudo aqui apresentado em resumo registra como potenciais prejuízos da alienação eleitoral – abstenções passiva (não comparecimento) e ativa (votos brancos e nulos) – à democracia a existência de agentes políticos menos representativos da sociedade e menos responsivos a demandas e anseios e o florescimento de lideranças demagogas e populistas. Para melhor compreender o fenômeno no Brasil, inclusive na comparação com outros países, a pesquisa verificou:

01 os principais padrões da evolução da alienação eleitoral no Brasil desde a redemocratização, a partir das eleições estaduais de 1982 (usando estatísticas fornecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral);

02 a evolução heterogênea da alienação entre as diversas regiões brasileiras;

03 quais variáveis afetam a abstenção eleitoral passiva e quais impactam a abstenção eleitoral ativa, a partir de dados coletados pelo Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade de Campinas (CESOP/ UNICAMP).

Período da Análise:

1982 a 2020

Fonte dos dados analisados:

Tribunal Superior Eleitoral

Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade de Campinas (CESOP/ UNICAMP)

Centro de Política e Economia do Setor Público (CEPESPDATA)

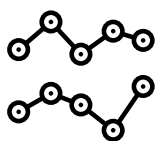
Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB)

Metodologia utilizada:

Pesquisa quantitativa baseada em coleta de dados secundários em fontes bibliográficas e dados públicos. Após a coleta foi feita análise e sumarização da pesquisa

A partir de uma cuidadosa reflexão teórica e da revisão de estudos empíricos sobre a alienação tanto em democracias desenvolvidas quanto nas mais recentes, **o estudo analisa os dados brasileiros e, além de reportar resultados, aponta as principais tendências vislumbradas e o que representam para o fortalecimento do sistema democrático brasileiro.** Com isso, produz uma radiografia da situação eleitoral brasileira, a partir de uma avaliação minuciosa da evolução da participação eleitoral do cidadão brasileiro nas eleições municipais, estaduais e federais de 1982 a 2020.

Como chegamos aos resultados:



Análise estatística das eleições municipais, estaduais e presidenciais, com informações consolidadas pelo Tribunal Superior Eleitoral nos últimos quarenta anos;



Identificação de variáveis que afetam a abstenção passiva e ativa a partir de dados coletados pelo Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade de Campinas (CESOP/UNICAMP), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Centro de Política e Economia do Setor Público (CEPESP/DATA) e Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB);



Estudo da evolução heterogênea da alienação entre as diversas regiões brasileiras.

Conceitos utilizados ao longo do estudo:



Abstenção passiva

não comparecimento ao local de votação



Abstenção ativa

votos brancos e nulos



Destiques



Há no Brasil, a partir de 2006, um lento, mas consistente, aumento da alienação eleitoral. O fenômeno é mais agudo na região Sudeste e, sobretudo, nas regiões metropolitanas, onde o principal impacto é nas eleições locais.

Nas eleições presidenciais, observa-se que a **abstenção passiva cresce no segundo turno**, mas diminuem os índices de votos brancos e nulos.

É nas eleições para o Legislativo (Federal e Estadual) que são encontrados **os índices mais elevados de alienação eleitoral**.

As urnas eletrônicas são um fator relevante na promoção da participação política da população, especialmente daqueles com menor nível de escolaridade.

A alienação eleitoral é menor nas eleições locais, sobretudo no que diz respeito a votos brancos e nulos, indicando que as eleições com maior proximidade ao eleitor são também as mais participativas.

Enquanto variáveis socioeconômicas estão relacionadas à abstenção passiva (não comparecimento às urnas), a abstenção ativa é afetada por variáveis que se realizam no campo da política propriamente dita: o envolvimento político (identificação partidária) e as atitudes sobre a democracia, a democracia brasileira e a crença sobre o peso do voto.

A abstenção passiva é maior entre jovens e idosos e menor entre pessoas com Educação Superior.

O nível educacional ainda é a variável mais fortemente relacionada com o comparecimento à urna, com eleitores com Educação Superior comparecendo até três vezes mais que aqueles com ensino primário (até o último ano do Ensino Fundamental I, nos dias atuais).

Em relação à abstenção ativa – votos brancos e nulos – a variável mais consistentemente relacionada com a postura do eleitor é a identificação partidária: pessoas que se identificam com algum partido votam cerca de três vezes mais nas eleições presidenciais e duas vezes mais nas eleições proporcionais.

Outras variáveis fortemente associadas à maior participação, em termos de votos válidos, são a crença no peso efetivo do voto; a satisfação com a democracia e, particularmente, a democracia brasileira; e a satisfação com o governo.

A pandemia de Covid-19 afetou de maneira substantiva a participação eleitoral no Brasil nas eleições de 2020, mas apenas em termos de abstenção passiva (cerca de um em cada quatro brasileiros não participou do pleito municipal), e não de aumento correspondente em votos brancos e nulos.

Alienação eleitoral nas eleições presidenciais

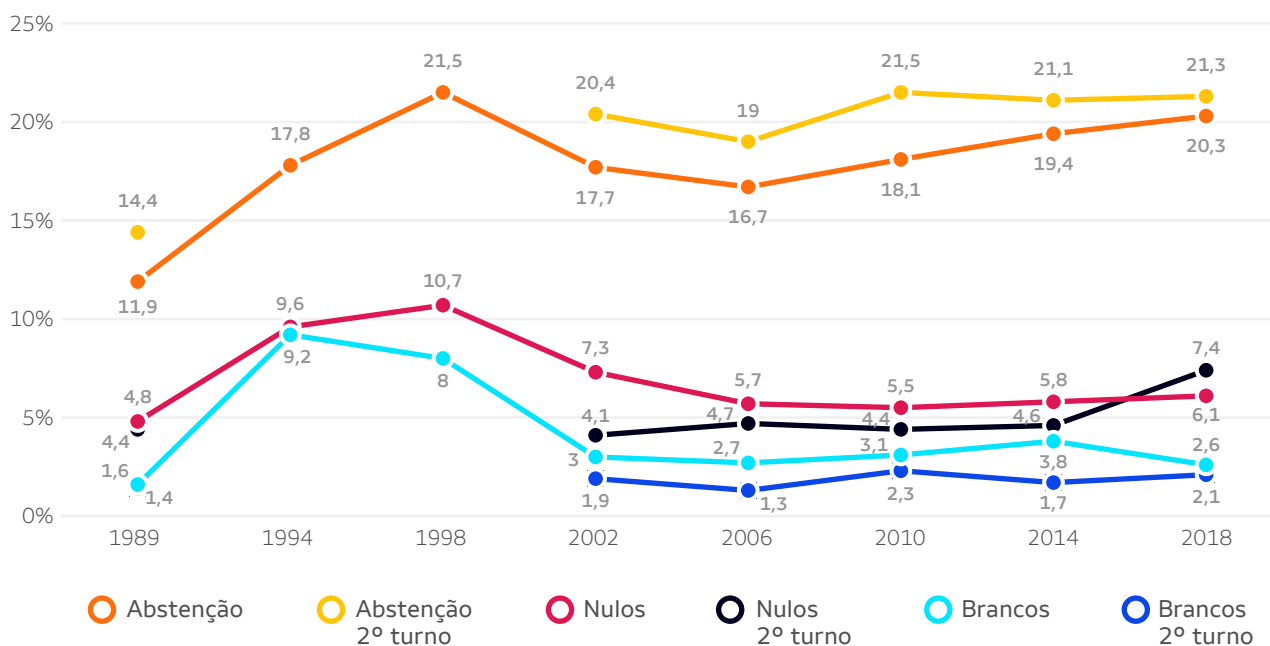
Os dados das eleições majoritárias nacionais – primeiros e segundos turnos presidenciais desde a eleição fundadora de 1989 – não indicam aumento relevante na alienação eleitoral. Em 2018, todas as curvas de não participação (abstenções, votos brancos e nulos) estavam abaixo dos números obtidos em 1998 (Figura 1). As médias de votos brancos (3%), nulos (6%) e abstenção (18,5%) desde 2002 mostram que cerca de um em cada quatro eleitores brasileiros escolhem não votar, ou seja, 75% optam pelo voto válido, o que é considerada uma proporção alta.

Na literatura teórica e em estudos empíricos sobre a alienação eleitoral em democracias consolidadas e mais recentes é possível encontrar

índices de comparecimento às urnas próximos de 50% nos Estados Unidos e de 60% na União Europeia (com grandes diferenças entre os países). Na América Latina, outros estudos mostram o Brasil com os índices mais altos de comparecimento, bem como estabilidade nos índices de alienação eleitoral a partir dos anos 2000. O Chile experimentou aguda queda na participação eleitoral, de cerca de 90% em 2000 para o patamar de 50% em 2018; Costa Rica e México têm índices em torno de 65%; Paraguai 60%; Colômbia subiu de cerca de 45% para 55%; e Venezuela caiu de 55% para em torno de 45%.

Apesar da participação no Brasil ainda ser alta em relação a outros países, o estudo do IV indica, em 2006, o início de um processo de crescimento, ainda que lento, na curva de abstenção.

FIGURA 1. ALIENAÇÃO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS



Fonte: CESPESP-DATA/FGV e TSE.

Outro fenômeno apontado é, de um lado, a menor disposição para comparecimento às urnas no segundo turno. Enquanto a média de abstenção é de 18% no primeiro turno, a proporção sobe para 19,6% no segundo. Possíveis explicações, hipotéticas, para este fato são o descolamento das eleições estaduais, quando há escolha do governador em primeiro turno; e a derrota do candidato escolhido pelo eleitor já no primeiro turno. No entanto, **o eleitor que comparece ao segundo turno está mais motivado a realizar uma escolha, ou seja, é menor a incidência de votos brancos e nulos.**



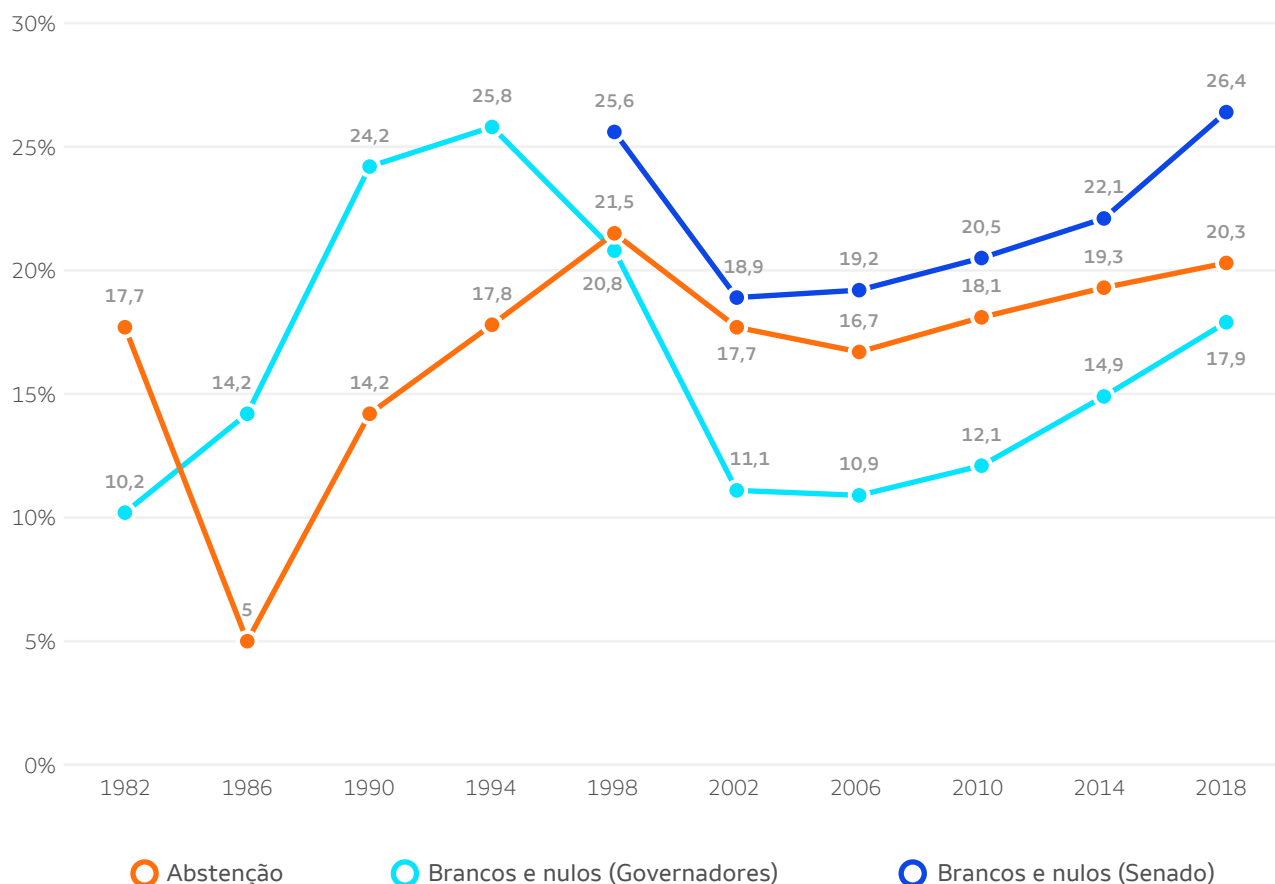
Eleições estaduais: governadores, senadores e deputados

As eleições ao Senado são as que apresentam maior incidência de alienação, com maior crescimento da curva de votos brancos e nulos.

As primeiras três eleições estaduais da redemocratização aconteceram em calendário distinto das presidenciais (em 1982, 1986 e 1990). A partir de 1994, como vemos na Figura 2, as curvas de abstenção passam a ser as mesmas, já que o eleitor que comparece deve votar nos dois pleitos. Já os votos brancos e nulos apresentam diferenças. Nas eleições para governador, verificamos crescimento relevante a partir de 2006 e uma soma, em 2018, de 18%.

Em 1998, cerca de 25,6% dos eleitores que compareceram às urnas não exerceram seu direito de escolha de seus representantes no Senado, valor alcançado novamente em 2018, quando 26,4% dos eleitores optaram por não escolher seu candidato. Somados votos brancos e nulos à abstenção, o ano de menor alienação foi 2006, quando apenas 67,3% dos eleitores aptos efetivamente escolheram seus representantes no Senado.

FIGURA 2. ALIENAÇÃO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES MAJORITÁRIAS ESTADUAIS

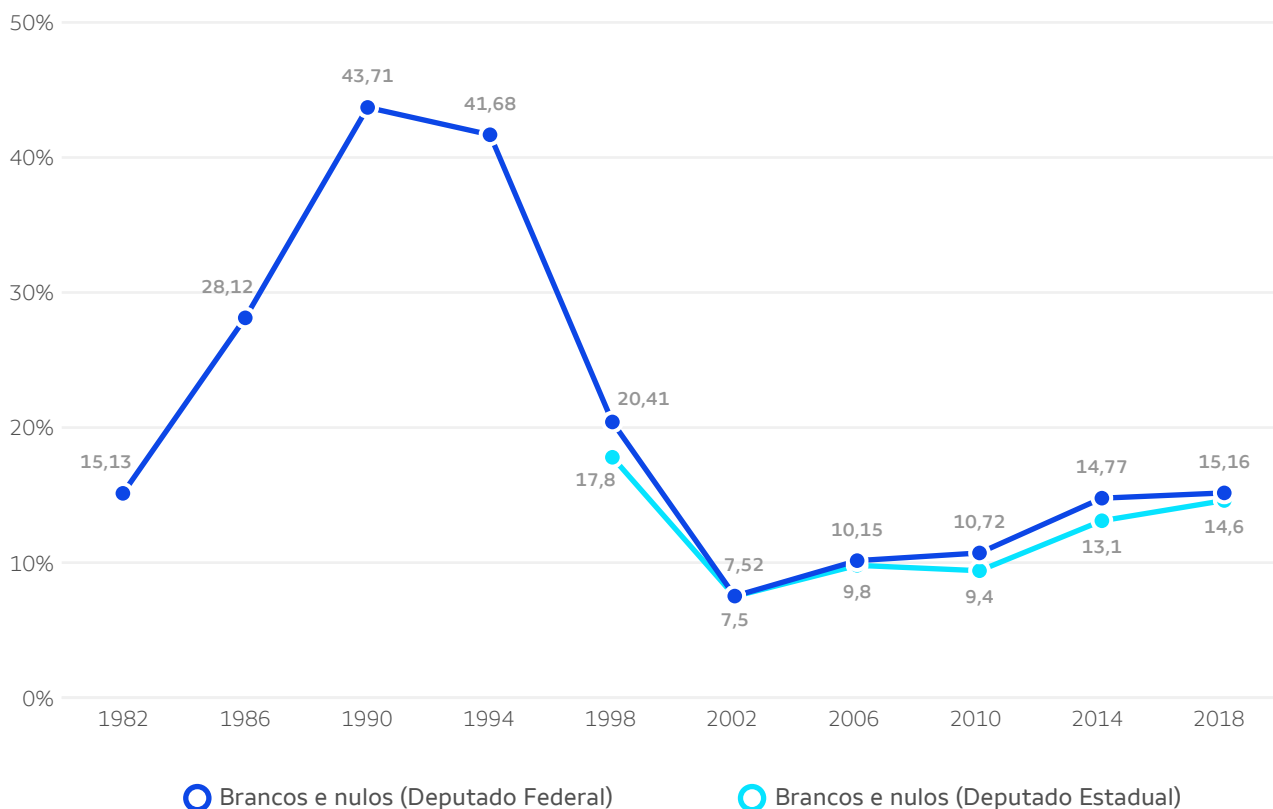


Fonte: CESPESP-DATA/FGV e TSE.

Nas eleições proporcionais (deputados estaduais e federais), a percepção (na Figura 3) fica prejudicada pela enorme queda em brancos e nulos a partir do início dos anos 1990, associada à implantação das urnas eletrônicas. No entanto, também é possível ver um crescimento relevante da não participação ativa, isto é, do comparecimento às urnas sem a escolha de candidato. Neste caso, a prevalência de votos brancos e nulos duplicou entre 2002 e 2018.

Também se optou pela análise apenas do primeiro turno, já que os estados que elegem seus governadores em primeiro turno variam a cada eleição, e não há segundo turno para o Senado e a eleição de deputados. Por fim, dados de votos brancos e nulos nas eleições para o Senado estão disponíveis apenas a partir de 1998.

FIGURA 3. ALIENAÇÃO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES ESTADUAIS PROPORCIONAIS



Fonte: CESPESP-DATA/FGV, TSE e Jairo Nicolau (2022).

Eleições municipais

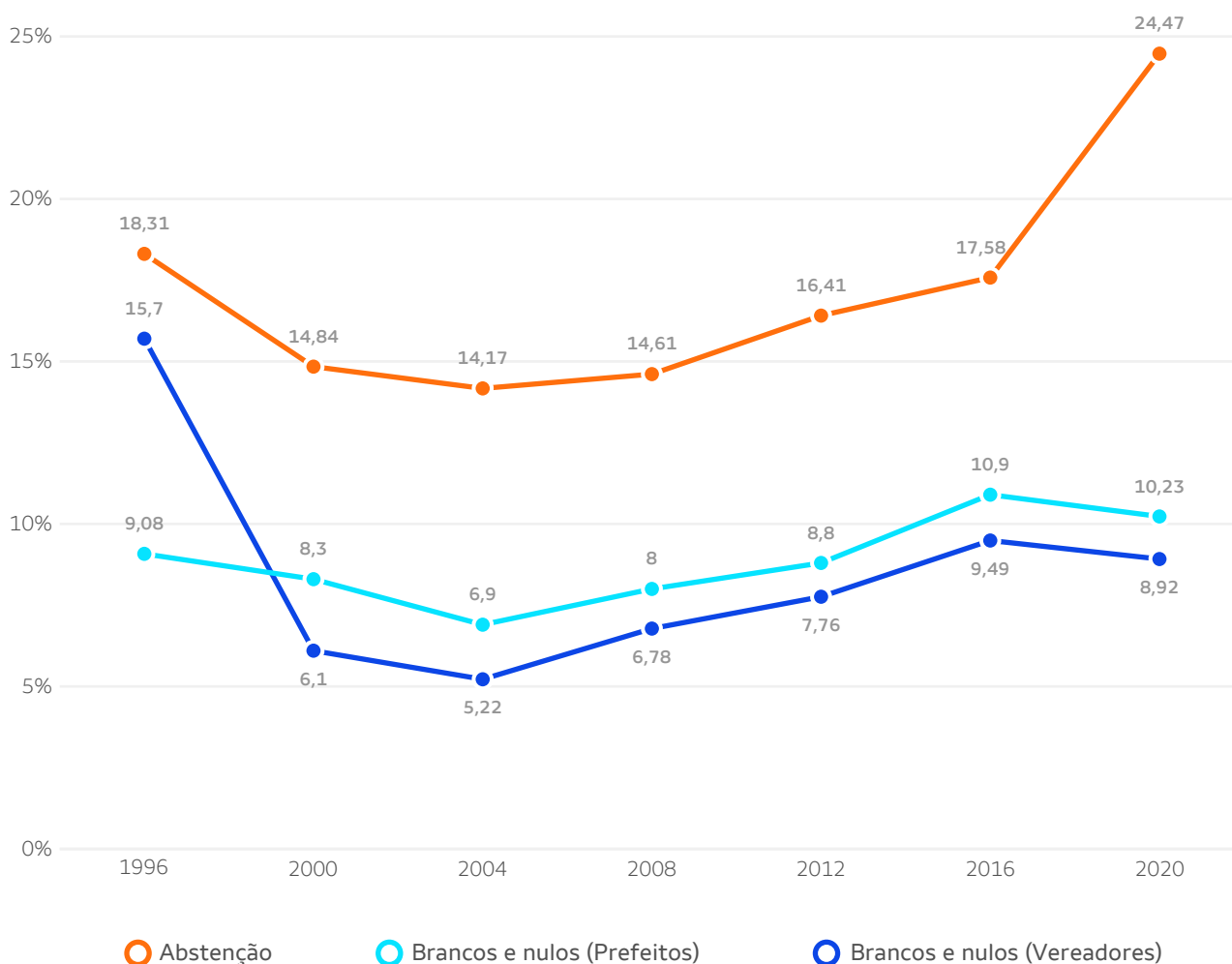
Para as eleições locais, a análise começa a partir de 1996, impedindo observar os efeitos da retomada da democracia.

O processo que se inicia em 1996 já é parte da segunda etapa da redemocratização brasileira, marcada pela redução da alienação eleitoral, seja pela implementação da urna eletrônica ou pela participação mais ativa do eleitorado. Os padrões nas eleições locais repetem o que foi encontrado nos contextos apresentados anteriormente.

Também se repete a tendência de crescimento na alienação eleitoral a partir de 2004. Em 2020, há um crescimento bastante abrupto na curva de abstenção, que chega a cerca de 25% no ano pandêmico, facilmente explicável pela preocupação com riscos de contaminação pela Covid-19. Há, no entanto, queda na proporção de votos brancos e nulos, contrária ao padrão estabelecido, o que pode ser explicado pelo fato de **os eleitores que compareceram às urnas em situação tão adversa serem aqueles com uma decisão mais forte e já formada sobre o seu candidato.**



FIGURA 4. ALIENAÇÃO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS.



Fonte: CESPESP-DATA/FGV, TSE e Jairo Nicolau (2022).

Impacto das urnas eletrônicas

A implantação das urnas eletrônicas no Brasil se deu de forma gradual, a partir da década de 1990 até 2002. Neste contexto, **a análise realizada também evidencia o efeito importante da urna eletrônica no aumento da participação política de brasileiros e brasileiras com menor nível educacional.**

Isto porque as urnas eletrônicas reduziram o potencial de erro na hora de votar induzido pela complexidade da cédula eleitoral.

Os efeitos da urna eletrônica são mais fortes nas eleições proporcionais, uma vez que as exigências de memória, como escrever o número e/ou o nome do candidato, eram maiores do que nas eleições majoritárias, quando nas cédulas eleitorais antigas o eleitor devia fazer uma marcação no candidato ou partido de sua preferência.

Nas eleições presidenciais, a incidência de votos nulos e brancos é, respectivamente, 42% e 67% menor em 2018 (na comparação com 1998), enquanto o índice de não comparecimento é apenas 5% menor.

A queda nos votos nulos e brancos se dá sobretudo no momento de disseminação das urnas eletrônicas no País, com o número se mantendo relativamente estável desde 2002.

Nas eleições para governador, a queda na soma de brancos e nulos entre 1994 e 2002 é de 57%. Também os dados de alienação eleitoral na representação dos deputados mostram claramente os efeitos da urna eletrônica. Enquanto em 1990 e 1994 havia mais de 40% de votos brancos e nulos, essa proporção caiu para apenas 7,5% em 2002, o auge da participação política nestas eleições (com o valor crescendo a partir de 2006 até 15,2% em 2018, como registrado na Figura 3).

Também nas eleições municipais há uma queda forte na proporção de brancos e nulos a partir de 1996. O número cai de 15,7% em 1996 para apenas 6,1% em 2000 nas eleições legislativas proporcionais, enquanto a queda nas eleições para o Poder Executivo (Prefeitura) é de menos de 1 ponto percentual, caindo de 9% para 8,3%. Mais uma vez, os dados corroboram estudos anteriores indicando que a urna eletrônica reduz votos brancos e nulos de forma mais relevante nas eleições que exigem mais cognitivamente do eleitor, ou seja, nas eleições legislativas proporcionais.





Heterogeneidade da alienação eleitoral pelo Brasil – regiões e municípios

A pesquisa também buscou identificar eventuais diferenças entre as regiões brasileiras.

Em relação à abstenção passiva, os resultados – para os pleitos presidenciais – apontam relativa estabilidade nas regiões Sul e Centro-Oeste, tendência de queda bastante evidente no Norte e no Nordeste e, na região Sudeste, crescimento consistente ao longo dos anos. Os votos brancos e nulos têm forte queda em todas as regiões entre 1998 e 2006, seguida de estabilização, exceto, novamente, no Sudeste. Nas eleições locais, destaca-se, novamente, a especificidade do ano pandêmico. Além disso, repete-se a indicação de maior alheamento eleitoral no Sudeste.

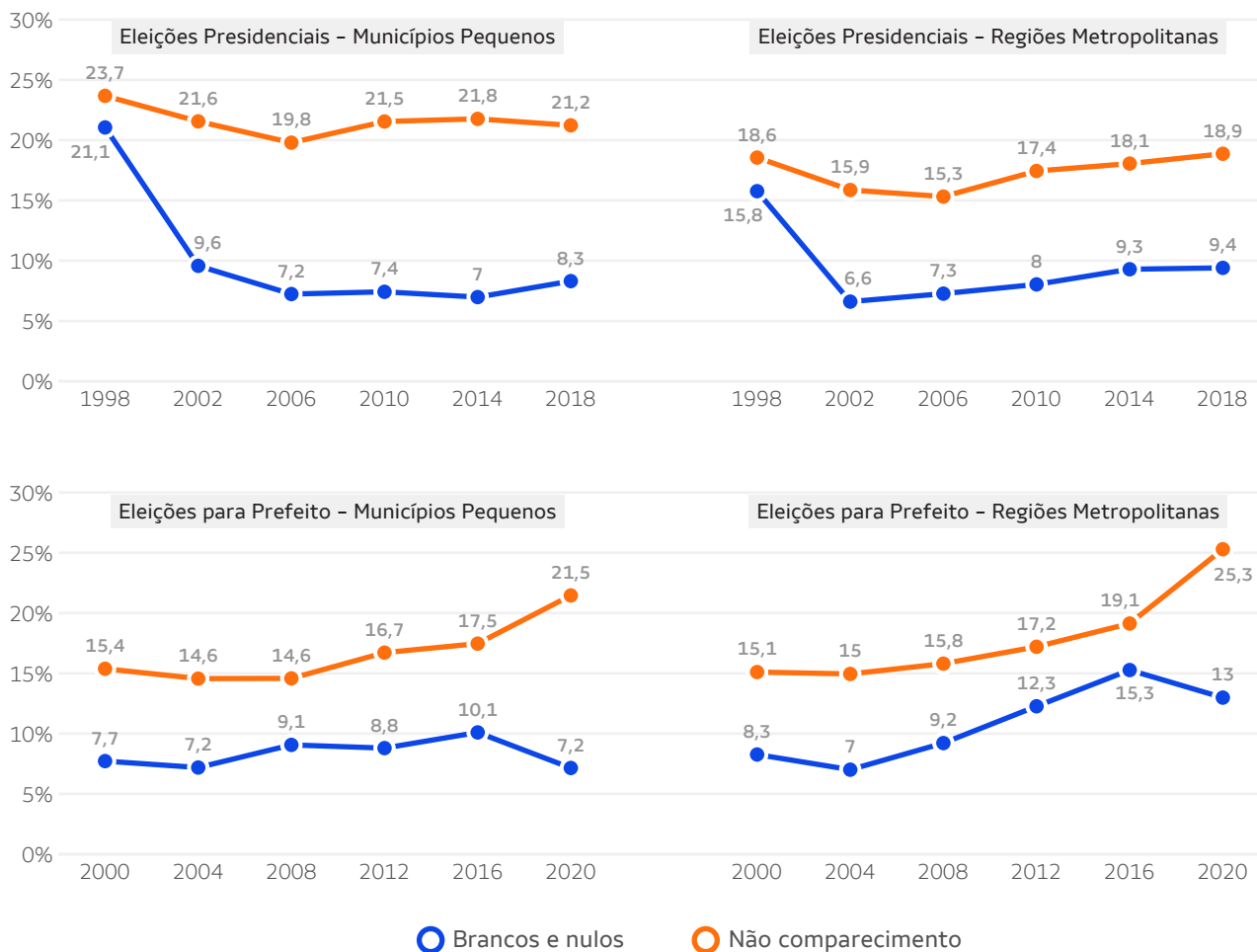
Para verificar se essas diferenças estariam associadas à maior densidade populacional no Sudeste, foi analisada também a alienação eleitoral nas eleições executivas nas regiões metropolitanas em comparação com as outras localidades, para verificar a hipótese de que o aumento da alienação eleitoral ocorre de maneira mais relevante nas regiões metropolitanas do Centro-Sul, não sendo um processo que pode ser generalizado para todo o País.

Os resultados (Figura 5) mostram que, enquanto nos municípios pequenos a alienação eleitoral nas eleições presidenciais e locais permanece em patamares semelhantes desde os anos 2000 (com exceção apenas do choque da pandemia), sem qualquer indicação de um processo de crescimento em médio prazo da alienação, **vemos nas regiões metropolitanas a tendência de crescimento da alienação desde 2006 nas eleições presidenciais e 2004 nas eleições municipais.**

A Figura 6 corrobora a análise ao demonstrar que efetivamente **o aumento da alienação é mais contundente no Sudeste, principalmente nas regiões metropolitanas.** A Figura também aponta a existência de um aumento da alienação nas eleições locais nos municípios pequenos desta região.

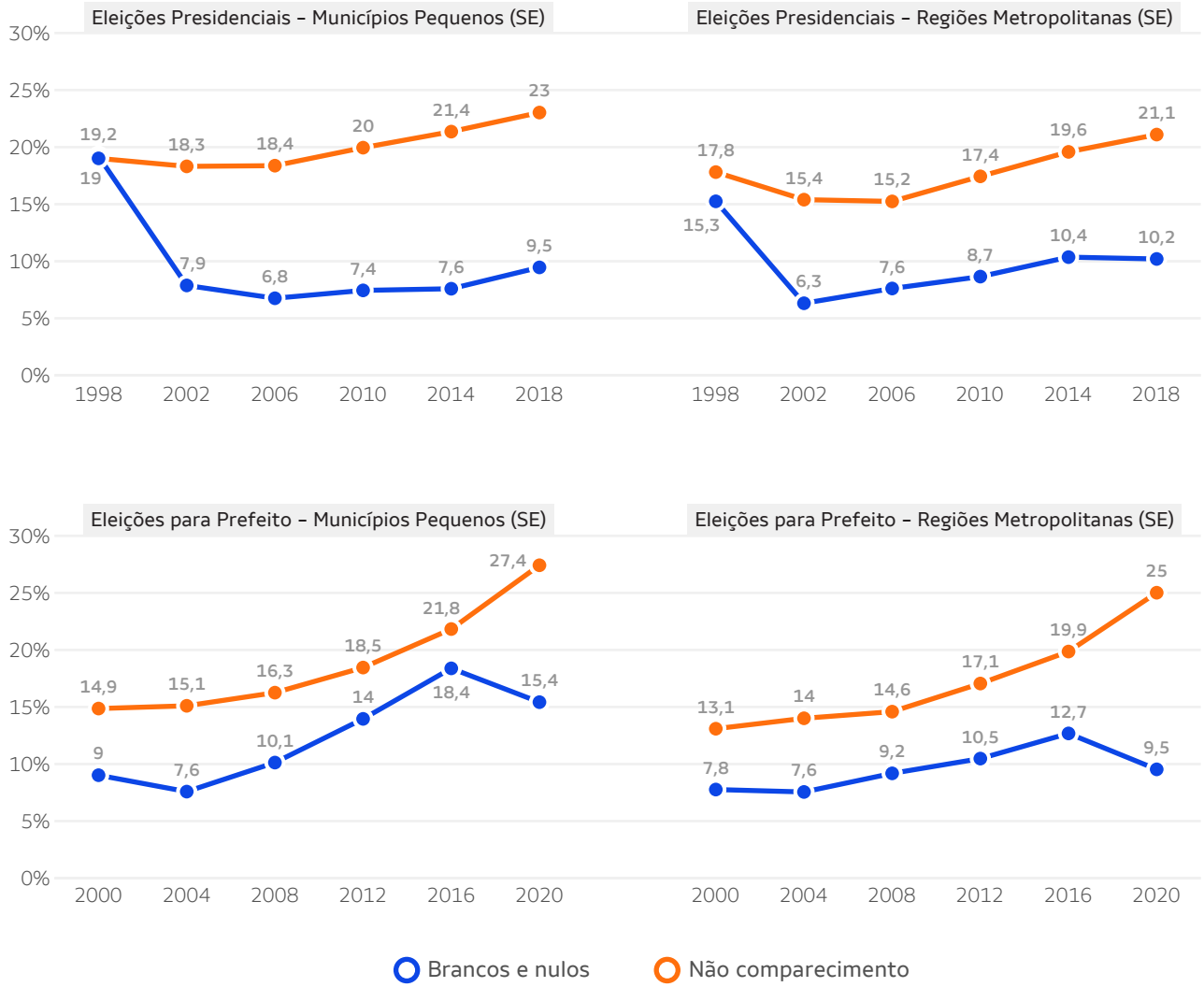


FIGURA 5. ALIENAÇÃO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES PARA PRESIDENTE E PREFEITO NOS MUNICÍPIOS DE REGIÕES METROPOLITANAS.



Fonte: CEPESPE-DATA/FGV. Dados por município obtidos a partir da agregação de votos em cada categoria

FIGURA 6. ALIENAÇÃO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES PARA PRESIDENTE E PREFEITO NOS MUNICÍPIOS DE REGIÕES METROPOLITANAS APENAS NA REGIÃO SUDESTE



Fonte: CEPESPE-DATA/FGV. Dados por município obtidos a partir da agregação de votos em cada categoria

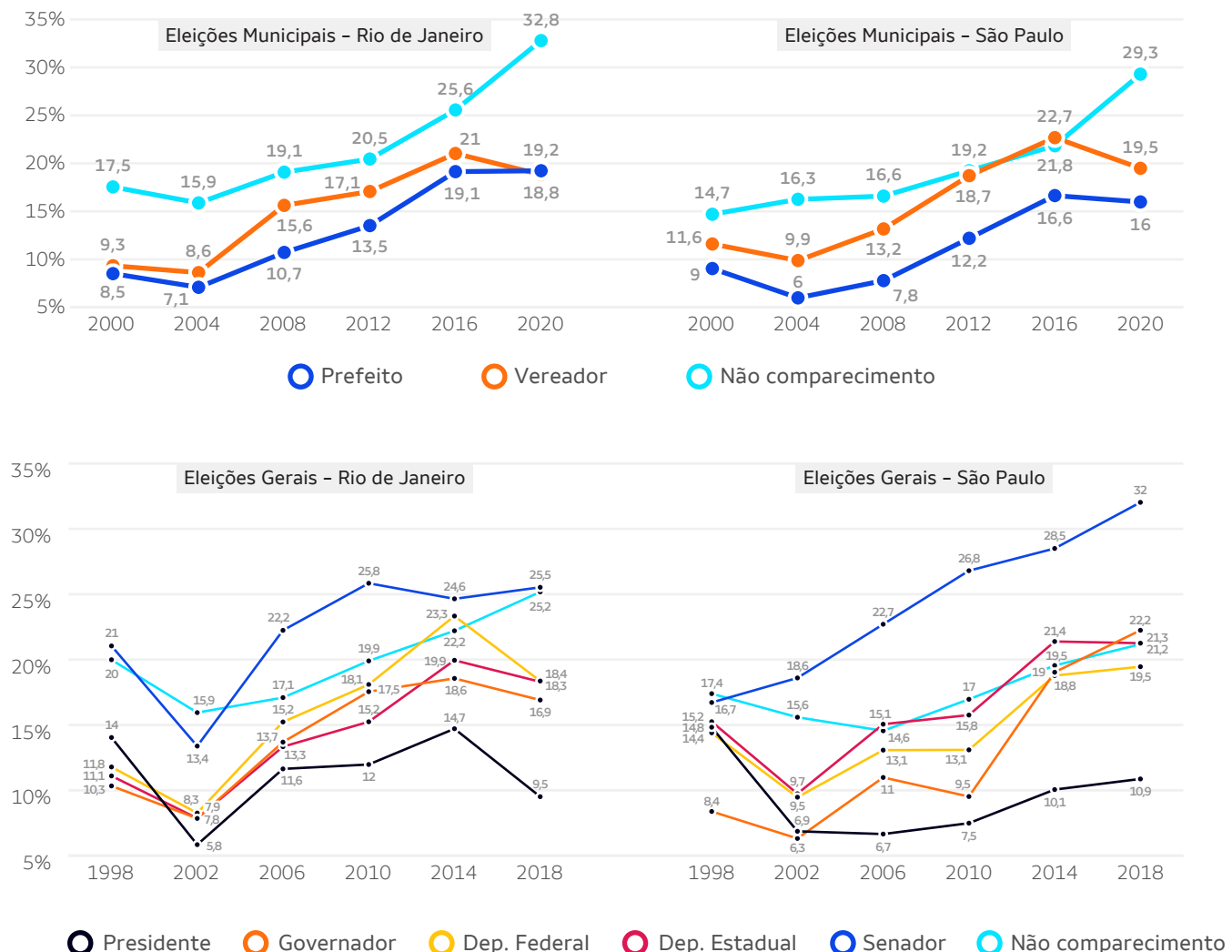
Os achados indicam que **há efetivamente um forte aumento na alienação eleitoral, contudo as evidências apontam para um fenômeno circunscrito regionalmente ao Sudeste, mais marcante nas regiões metropolitanas e cujo principal impacto ocorre nas eleições locais.**

Tal realidade é especialmente evidente nas capitais paulista e fluminense. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, o aumento na alienação eleitoral é liderado pelo não comparecimento nas eleições municipais, que chega a valores superiores a 30% na eleição de 2020.

Em São Paulo, o candidato João Dória (PSDB) foi eleito no primeiro turno em 2016 com 53,3% dos votos válidos (3.085 milhões de votos), mas ainda assim teve menos votos do que o total de votos alienados (3.096 milhões). Em 2020, o voto alienado representou mais de duas vezes o eleitorado que apoiou o candidato Bruno Covas (PSDB), primeiro colocado no primeiro turno e posteriormente eleito Prefeito no segundo.

Nas eleições cariocas, os primeiros colocados no primeiro turno em 2016 e em 2020, respectivamente Marcelo Crivella (PRB) e Eduardo Paes (PMDB), tiveram menos de 50% de votos do que a soma das alienações passiva e ativa.

FIGURA 7. ALIENAÇÃO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES DAS CAPITAIS PAULISTA E FLUMINENSE



Fonte: CEPESPE-DATA/FGV. Dados obtidos a partir da agregação de votos em cada município.

Determinantes individuais da alienação eleitoral – porque as pessoas não votam?

Para investigar as razões que levam as pessoas a participarem ou não das eleições – determinantes individuais da alienação eleitoral –, a pesquisa analisou dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), realizado desde 2002 pelo CESOP/ UNICAMP, principal centro de estudos sobre o comportamento eleitoral no Brasil. O ESEB é o principal survey nacional pós-eleitoral de cunho acadêmico, com questionários que fazem diversas perguntas a respeito do comportamento eleitoral dos cidadãos.

Em consonância com as principais explicações para o fenômeno da alienação encontradas na literatura acadêmica nacional e nacional, a pesquisa olhou para variáveis de antecedentes, de envolvimento político e atitudinais, tal qual mensuradas no ESEB:

01 de antecedentes (gênero, renda, nível educacional e idade);

02 de envolvimento político (existência ou não de identificação com um partido; posicionamento ideológico – esquerda, centro, direita ou sem posicionamento)

03 atitudinais (cultura democrática – democracia como melhor forma de governo; satisfação com a democracia brasileira; aprovação do governo; crença sobre a efetividade do voto).

Para a análise das abstenções ativa e passiva, as informações coletadas pelas pesquisas ESEB foram usadas para quantificar quais variáveis

efetivamente afetam a probabilidade de uma pessoa comparecer à urna para votar e, ao fazê-lo, depositar um voto válido, com uso de um conjunto de modelos estatísticos. Foram consideradas, nesta análise, as eleições presidenciais e para deputados federais.

Os resultados encontrados evidenciaram dois fenômenos distintos que são explicados na sequência: enquanto os determinantes da abstenção passiva estão essencialmente relacionados com os antecedentes dos indivíduos, a abstenção ativa é afetada por variáveis que se realizam no campo da política propriamente dita, o envolvimento político e as atitudes sobre a democracia, a democracia brasileira e a crença sobre o peso do voto.

Em relação à abstenção passiva – não comparecimento às urnas –, a análise mostrou um efeito consistente de duas variáveis de antecedentes: idade, com adultos votando mais e os mais jovens e mais velhos comparecendo menos; e educação, com pessoas com Educação Superior – sendo mais participativas.

É importante registrar que, embora a urna eletrônica tenha reduzido a complexidade do voto, diminuindo a importância da vulnerabilidade na abstenção ativa (ou seja, no voto em branco ou nulo induzido por erro no momento de votar), persiste um efeito socioeconômico na abstenção passiva. Isto porque, ao encontrarem **evidências bastante fortes de que o nível educacional ainda é a variável mais fortemente relacionada com o não comparecimento à urna**, e considerarem que o ato de comparecer ou não à eleição não é afetado de maneira direta por capacidades cognitivas, os pesquisadores sugerem que o nível de escolaridade funciona como um indicador (uma proxy) para condições socioeconômicas, indicando que estas podem dificultar o exercício do voto.

Ainda sobre o impacto da Educação, o que verificamos no estudo é que pessoas com Educação Superior votaram mais que aquelas com menor nível educacional em quatro dos cinco pleitos analisados, em uma proporção que chega a ser de mais de três vezes o comparecimento das pessoas mais educadas na comparação com eleitores apenas com ensino primário (de pessoas analfabetas até o último ano do que hoje é o Ensino Fundamental I).

De outro lado, o estudo indicou que, de forma geral, as variáveis de envolvimento político e atitudinais estão mais associadas à opção pelo voto nulo ou branco, com resultado extremamente consistente ao longo de todas as surveys. As pessoas que de alguma forma se sentem identificados com algum partido político votam menos em branco e em nulo. O efeito do envolvimento partidário é expressivo: nas eleições presidenciais, por exemplo, as pessoas com identificação partidária tendem a votar em torno de três vezes mais do que aquelas que são explicitamente não identificadas com nenhum partido.

Outro resultado relevante é o efeito consistente das variáveis atitudinais. A crença no peso efetivo do voto tem efeito positivo em quatro dos cinco pleitos analisados, e as variáveis que capturam a satisfação do indivíduo com a democracia brasileira e a aprovação do governo têm efeitos em três pleitos.

The background is a solid yellow color. On the left side, there are several thick, solid magenta curved lines that form a partial spiral or wave pattern. On the right side, there is a thin, dashed magenta line that forms a vertical, wavy shape with two loops, resembling a stylized letter '3' or a decorative flourish.

Conclusões

A dinâmica da alienação eleitoral no Brasil pode ser dividida em três períodos distintos.

01

De 1980 a meados dos anos 1990: retomada de processos eleitorais livres e competitivos, com forte participação nas primeiras eleições, seguida de aumento da alienação.

02

De 1998 a 2006: forte processo de queda na alienação, marcado pela implementação das urnas eletrônicas (com impacto na redução de votos brancos e nulos) e, também, pela participação ativa de eleitores, com redução na abstenção.

03

De 2006 em diante: Crescimento, lento e gradual, mas consistente, na alienação.

A pesquisa realizada indica que, ainda que não exista, de maneira geral, uma crise de alienação no Brasil, há um constante crescimento do fenômeno, processo que se encontra mais agudo nas principais regiões metropolitanas do Sudeste.

Inicialmente, é importante registrar que o voto obrigatório, como é no Brasil, tende a reduzir a alienação eleitoral, enquanto o voto facultativo tende a aumentá-la (ainda que existam controvérsias na literatura). Além disso, outro fator institucional importante para a redução da alienação no Brasil é o calendário eleitoral, já que o pleito ocorre nos finais de semana, o que favorece o comparecimento do eleitor trabalhador nas urnas.

Os resultados da pesquisa mostram como, no nosso país, **a alienação eleitoral tem uma dinâmica diversa em relação à dimensão do pleito em questão: federal, estadual ou municipal.** Quanto mais próximo o cargo representativo em disputa da realidade do eleitor, maior estímulo para ir votar. Além disso, as evidências de que o processo de aumento da alienação eleitoral não é homogêneo em todo o País alertam para a importância de abordar essa heterogeneidade, sem assumir a existência de uma única realidade política nacional.

Na maior parte dos municípios brasileiros, a participação na escolha dos prefeitos e vereadores é menos alienada que a escolha dos representantes estaduais e do Presidente da República.

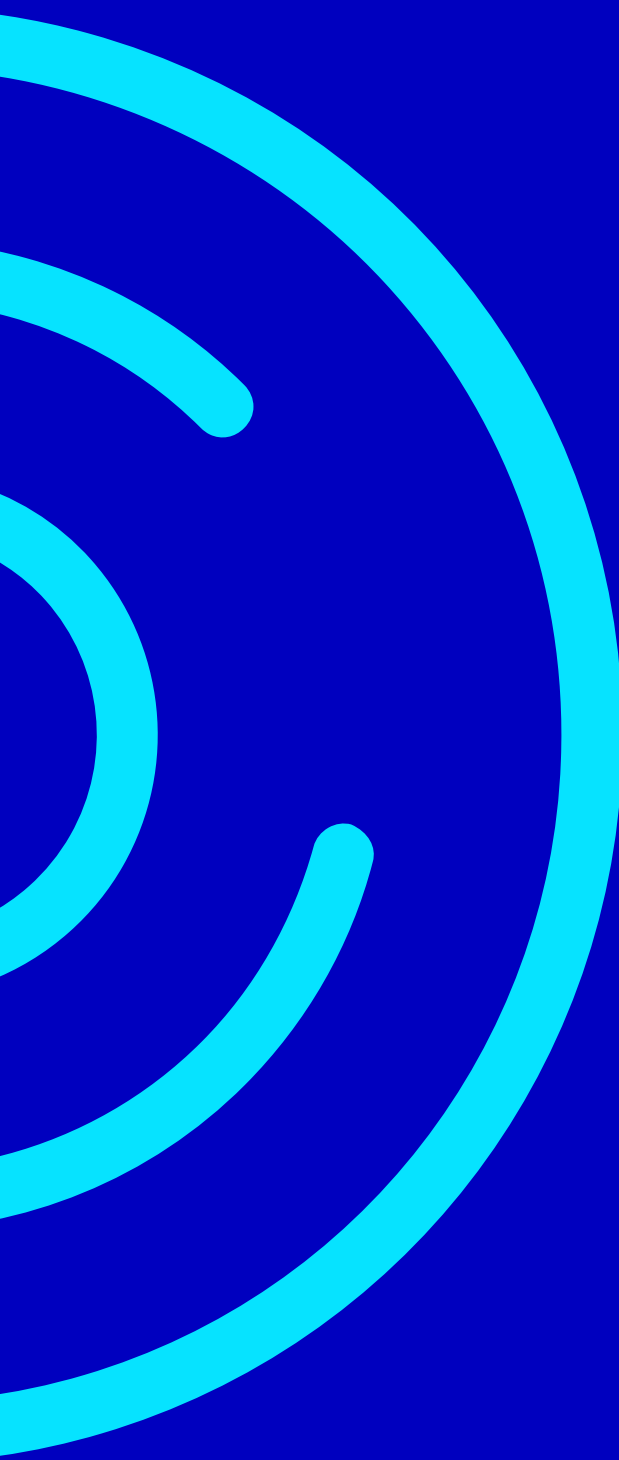
A exceção está nos maiores municípios e, particularmente, nas metrópoles do Sudeste, em que a participação local é menor do que nas eleições nacionais. Assim, a alienação eleitoral no Brasil não pode ser tratada como um fenômeno crescente ou decrescente sem identificar o pleito de qual se está diante, bem como não pode ser associada com uma automática despolitização da sociedade. No entanto, a proximidade dos assuntos com a vida dos eleitores tende a fortalecer o comparecimento às urnas.

De modo geral, em relação aos determinantes individuais da alienação, **os resultados indicam que o padrão de votos brancos e nulos no Brasil está associado a variáveis atitudinais, como insatisfação com a democracia e a identificação partidária.** Assim, embora a crise política não pareça, segundo os resultados da pesquisa, ter como causa o aumento da alienação eleitoral, na direção inversa ela pode aumentar a insatisfação de brasileiros e brasileiras com a democracia no País ou com o regime democrático de forma geral, o que afeta a sua propensão de anular ou votar em branco.

A não identificação direta do cidadão com algum partido político pode também ser consequência de uma sociedade que tem mais acesso à informação e, assim, pode se apresentar ao processo político com uma postura mais crítica. Desta forma, o aumento de votos nulos e brancos por cidadãos não identificados com nenhum partido seria também resultado de uma maior criticidade do eleitorado. Portanto, a alienação eleitoral não apresenta necessariamente relação de causalidade com o decréscimo do nível de politização da sociedade.

Reconhecendo que o engajamento político do eleitor fortalece a esfera pública, é importante lembrar que esse engajamento não deve se limitar ao exercício do voto nos pleitos eleitorais, e que as atividades que englobam o fazer político na esfera pública contemporânea são muito mais amplas. O advento da Internet e das redes sociais, com as transformações que provocaram no caráter da comunicação política, ao mesmo tempo que cria uma cacofonia no debate político contemporâneo, amplia o leque de temáticas discutidas na sociedade, possivelmente levando, inclusive, a uma maior politização, ou, de outro lado, ao tratamento superficial desses temas e à criação das bolhas de opinião. Estas são, assim, hipóteses a serem investigadas, em um contexto em que a relação entre mídias sociais, polarização e alienação política é um campo em aberto cujas relações ainda precisam ser exploradas tanto do ponto de vista teórico como empírico.

De qualquer forma, o que **os resultados efetivamente apontam é a menor participação dos jovens no processo eleitoral e, caso essa menor participação permaneça após a transição para a vida adulta, a alienação brasileira pode se aproximar de situações mais preocupantes já observadas em democracias consolidadas do Atlântico Norte.**



**Considerações
finais – questões
em aberto
e caminhos
possíveis**

A constatação de que a alienação eleitoral no Brasil se encontra, neste momento, dentro de limites considerados aceitáveis, com a participação da população inclusive em patamares superiores àqueles observados em democracias consolidadas, sem dúvida tem uma dimensão positiva. Trata-se, no entanto, de uma fotografia da saúde da democracia em nosso país. **Quando vemos o filme, identificamos a tendência de crescimento das abstenções passiva e ativa que se mostra consistente há mais de 15 anos, sobretudo na região Sudeste, nas grandes cidades e, o que é mais preocupante, entre a população mais jovem.** É importante, assim, refletir coletivamente e empreender iniciativas que possam fortalecer a cultura democrática e ampliar o engajamento do cidadão com o processo eleitoral.



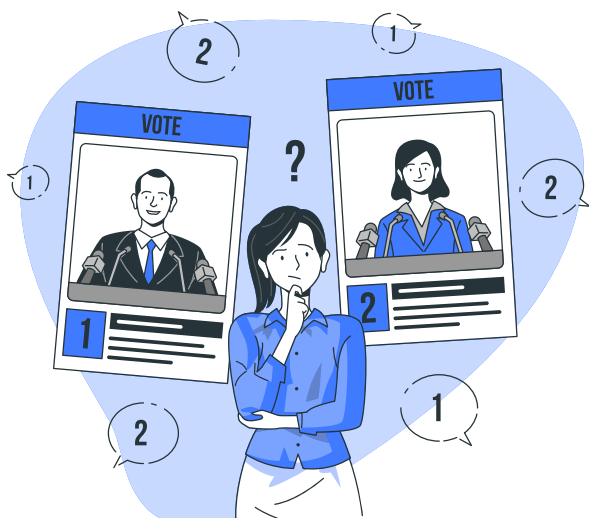
Urnas eletrônicas

Um ponto a ser considerado é o papel das urnas eletrônicas para a redução da alienação eleitoral no Brasil, como evidenciado no estudo realizado. Diante da evidência, a manutenção do dispositivo parece fundamental para sustentar os patamares de democratização alcançados com a sua implementação no País.



Juventude: formação e engajamento

Em relação à juventude, além de compreendermos melhor as razões dos maiores índices de abstenção, são importantes a manutenção e a expansão de programas voltados não apenas à conscientização e à formação para o exercício democrático e escolhas conscientes, mas também à qualificação das suas possibilidades de engajamento no debate público e de participação política também para além do voto, inclusive no espaço das redes sociais. Para tanto, o letramento político, a disseminação do conhecimento pleno de direitos e deveres e do funcionamento da democracia parece ser algo necessário junto aos mais jovens. É preciso incentivar uma geração com valores baseados na cultura e em atitudes democráticas, fatores que, como demonstrado no estudo, afetam positivamente o voto, além de ampliar a participação na tomada de decisão dos representantes.



Distância entre representantes e representados

As constatações do estudo realizado sobre o processo agudo de crescimento da alienação nas metrópoles e, também, na região Sudeste como um todo, junto aos altos índices de abstenção verificados sobretudo nas eleições legislativas, exigem, primeiramente, a reflexão sobre caminhos para aproximar representantes e representados. No entanto, para além disso, indicam possível inadequação do desenho institucional vigente e, assim, a necessidade de transformações no sentido de reformas que deem mais relevância ao nível local na política. A reflexão sobre a existência de municípios muito grandes, com populações superiores às de alguns países, administrados por uma única esfera administrativa, sugere a necessidade de mudanças não apenas na dinâmica eleitoral, mas também no próprio modelo de desenvolvimento urbano. Parece relevante também investir no fortalecimento da vida comunitária e no aumento da confiança interpessoal e institucional, para que aumentemos a participação do eleitor no cotidiano da democracia brasileira.

Complexidade e compromisso




Pontualmente, os resultados apontam a pertinência de campanhas que enfatizem as consequências de cidadãos e cidadãs abrirem mão de manifestarem sua vontade por meio do voto em todos os turnos de cada pleito. Além disso, enfatizam ser indispensável olhares particularizados para diferentes esferas de tomada de decisão – municipal, estadual e nacionalmente – e para os diferentes territórios e contextos que conformam a complexidade do nosso país, evitando generalizações que, em vez de potencializarem o planejamento de soluções eficazes, tornem ainda mais opacos os processos por trás das múltiplas crises que enfrentamos no momento.

Por fim, os resultados corroboram a necessidade de defesa permanente do papel da Educação, bem como de valores democráticos e do exercício pleno de direitos e deveres, no desenvolvimento do nosso país no sentido de uma nação mais justa, soberana, sustentável em todas as dimensões e pronta para assumir posição protagonista frente aos desafios impostos pelo século XXI.

Expressamos, aqui, o compromisso do Instituto Votorantim com a transformação na direção apontada, ao mesmo tempo que convidamos os demais atores e outras entidades sociais, cívicas, empresas, imprensa, formadores de opinião e formuladores de políticas públicas e, inclusive, os partidos políticos, a virem conosco.

instituto
VOTORANTIM
— 20 ANOS

Rua Jerônimo da Veiga, 164 6º andar
04536-900 – São Paulo – SP
www.institutovotorantim.org.br

[institutovotorantim](https://www.facebook.com/institutovotorantim) 
[company/institutovotorantim](https://www.linkedin.com/company/institutovotorantim) 
[institutovotorantim](https://www.youtube.com/channel/UC...) 
programacidadania.org.br 